

ANO 5
Nº 17
MAIO
JUNHO
2008

Maranhão Industrial

Impresso
Especial

18061/2005-DR/MA
FIEMA-MA

CORREIOS

AMEAÇA À COMPETITIVIDADE

Proposta do governo federal visa reduzir ação do Sistema S



LEI GERAL

Maranhão quer retomar benefícios de sistema tributário diferenciado

AGROINDÚSTRIA

Ampliação do mercado de alimentos e de biocombustíveis é benéfica para o Maranhão

PECUÁRIA LEITEIRA

Ação conjunta visa imprimir qualidade à produção estadual de leite e derivados

FIEMA
SESI
SENAI
IFEI

Sistema
FIEMA

MARANHÃO DE OPORTUNIDADES

É preciso desenvolver as principais cadeias produtivas de nosso Estado. Produção de grãos, pecuária, minério de ferro e alumínio saem do Maranhão na forma mais simples, bruta, quase sem beneficiamento. E isso significa milhões de reais em divisas que não são recolhidos e que poderiam ser aplicados para resolver grande parte de nossos problemas sociais. Num esforço do Governo, através da Secretaria da Indústria e Comércio, esse quadro começa a mudar. Hoje já estão confirmados 32 novos investimentos industriais na área de geração de energia, biocombustíveis, alimentos, metalurgia, mineração, entre outras. Ao impulsionar nossas principais cadeias produtivas o Governo do Maranhão coloca nosso Estado num novo patamar de desenvolvimento.



GRÃOS



- soja, milho, algodão, girassol
- biodiesel
- óleo de soja
- óleos especiais
- farelo para ração animal

MINÉRIO DE FERRO



- ferro-gusa
- pelotas
- aço
- siderurgia

ALUMÍNIO



- ligas especiais
- perfis e chapas para construção civil
- rodas de liga leve
- fios, cabos etc

PECUÁRIA



- gado de corte
- pecuária de leite
- frigoríficos
- laticínios
- couro e calçados

Av. Prof. Carlos Cunha, S/N, Ed. Nagib Haickel, Sl. 201 - Calhau - São Luís-MA
CEP: 65065-180 - Fone: (98) 3218.9213 - Fax: 3218.9229 - www.sinc.ma.gov.br



Maranhão Industrial

Revista da Federação das Indústrias do Estado do

Maranhão - FIEMA

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama

CEP 65.060-645 - São Luís-MA.

Tel: (98) 3212.1816 / 3212.1897 - Fax: (98) 3212.1804

www.fiema.org.br - maranhaoindustrial@hotmail.com

Superintendente e Consultor Econômico: Marco Antonio

Moura da Silva

Edição: Portal da Comunicação

Editora: Cíntia Machado

Reportagem: Cíntia Machado, Érika Rosa, Luís Fernando

Baíma, Ribamar Cunha e Selma Figueiredo.

Fotografia: Edgar Rocha, Veruska Oliveira e Banco de

Imagens.

Capa e Editoração: Prole Comunicação

E-mail: prolecomunicacao@gmail.com

Impressão: Gráfica Minerva

CONTATO COMERCIAL:

Tel: (98) 8111.6901

E-mail: oportalda comunicacao@hotmail.com

Cartas para a redação:

Maranhão Industrial

Ao Editor

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama

CEP 65.060-645 - São Luís-MA.

As opiniões contidas em artigos assinados são de

responsabilidade de seus autores, não refletindo

necessariamente o pensamento do Sistema Fiema.

AO LEITOR

Caro leitor,

Esta edição traz dois assuntos polêmicos para a indústria nacional e maranhense e que pela importância devem ser tratados com muito rigor e discernimento. O primeiro é a tentativa do governo federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), de estabelecer novas regras para a repartição e direcionamento dos recursos das entidades que formam o Sistema S. O Fundo Nacional de Formação Técnica e Profissional (FUNTEP) está sendo encarado pelo Sistema Indústria como uma intervenção negativa na formação profissional do país. Já o segundo tem a ver com a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que impossibilitou que o Maranhão mantivesse um sistema próprio de tributação mais interessante para o empresariado.

Você ainda fica sabendo em entrevista com o educador social Tião Rocha, que esteve em São Luís a convite do SESI Maranhão, como as empresas podem melhorar o seu investimento social para ajudar a sanar antigos problemas que afetam comunidades do país inteiro, como analfabetismo e violência.

Veja também matéria que trata da polêmica sobre o que devemos produzir nas nossas lavouras: alimentos para levar à mesa ou para transformar em biocombustível? Especialistas são unânimes em afirmar que a crescente demanda mundial pelos dois tipos de produtos não exclui nem um nem outro de um novo processo econômico bastante interessante para o Brasil e para o Maranhão.

Saiba ainda como as instituições estão trabalhando para adensar a cadeia produtiva da pecuária leiteira e fazer com que o Maranhão ocupe um espaço interno de consumo de laticínios e derivados atualmente a cargo de outros estados. Para encerrar, a Maranhão Industrial apresenta a você leitor uma discussão sobre a economia da cultura.

Boa leitura.

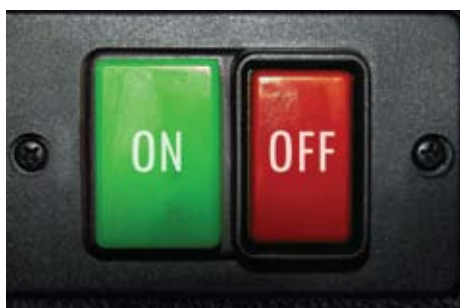
A editora

Maranhão Industrial



Agroindústria 20

Ampliação do mercado de alimentos e de biocombustíveis é benéfica para o Maranhão.



Competitividade 26

Proposta do governo federal visa reduzir ação do Sistema S.



Pecuária Leiteira 30

Ação conjunta visa imprimir qualidade à produção estadual de leite e derivados.



Economia da Cultura 34

Maranhão é pioneiro no debate sobre o caráter financeiro da cultura.

SEÇÕES

Palavra do presidente 6

Recortes 7

Entrevista 10

Lei Geral 16

Maranhão quer retomar benefícios de sistema tributário diferenciado

Jorge Machado Mendes*



Não à CSS!

Quando já estávamos convictos de que a famigerada Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) estava morta e enterrada, fruto de uma luta liderada pelo setor industrial, eis que o governo surpreende a sociedade com proposta de ressuscitá-la sob o manto de Contribuição Social da Saúde (CSS), porém, com o mesmo propósito: onerar o povo brasileiro.

A proposta aberradora foi aprovada na Câmara com 259 votos favoráveis e após votação de quatro destaques que ficaram pendentes, deve ser encaminhada ao Senado.

O governo deveria entender que não cabe mais aumentar impostos para elevar sua arrecadação. O Brasil necessita sim é de uma Reforma Tributária justa que realmente atenda aos interesses da sociedade brasileira e não do governo.

A CPMF foi criada com a justificativa de se arrecadar recursos exclusivamente para se destinar à Saúde, que à época estava na UTI e ainda hoje continua. E continua porque a totalidade desses recursos não foi realmente transferida para a Saúde e o pouco que se destinou foi mal gerido.

Então, qual o sentido de se continuar taxando os brasileiros com um imposto que não teve o destino a que se propôs quando foi criado?

A resposta está na grande soma de recursos arrecadados, estimado em R\$ 40 bilhões por ano, e no mecanismo ideal e eficaz que o governo encontrou, via Receita Federal, para fiscalizar as transações bancárias dos brasileiros, saber quanto cada um movimentava todos os dias, meses e ano.

Durante todo esse período em que a CPMF deixou de existir, a União conseguiu elevar muito mais a arrecadação de tributos. Para se ter uma idéia da gula governista, nos quatro primeiros meses deste ano, sem a contribuição, a arrecadação foi de R\$ 223,2 bilhões, valor que representou um aumento de 12,5% em comparação ao mesmo período de 2007, quando a CPMF estava em vigor.

Entendemos que ao invés de criar mais impostos, com a desculpa de que a arrecadação terá como destino a Saúde, o governo deveria gerir melhor os recursos dessa área, oferecendo um serviço de qualidade à população. Compromisso que também deve se estender à educação, política habitacional, saneamento básico e geração de emprego e renda.

A redução da carga tributária é imprescindível para que as empresas possam continuar a fazer investimentos e o país continue a crescer nos níveis esperados por todos os brasileiros.

Não à CSS! ■

**Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão.*

ADESÃO

Com a recente ampliação do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), o governo do estado espera aumentar em 30% o volume de compras de bens e serviços de grandes empresas de fornecedores locais. Apenas no ano passado, foi negociado R\$ 1,48 bilhões de reais. Com a adesão de novas empresas como CEMAR, Consórcio Estreito de Energia (CEST), Grupo Renosa e FC Oliveira, o PDF entra em uma nova fase. Isso permitirá avanços também no Programa de Certificação de Empresas Maranhenses (PROCEM), que até agora já certificou mais de 60 empresas.

CERTIFICAÇÃO ▼

Em Maio, a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP) recebeu a certificação ISO 9001:2000, que contou com a assessoria do SENAI. A auditoria foi realizada pela empresa Bureau Veritas, que já certificou outros portos e empresas em 150 países. Como instrumento de gestão, a ISO deverá tornar a empresa mais ágil e imprimir mais credibilidade e confiança nos serviços prestados no Porto do Itaqui, em São Luís.

PETRÓLEO

Até o início de 2009, a empresa Devon Energy – Companhia Internacional de Exploração e Produção de Petróleo terá com exatidão o resultado de pesquisas hoje realizadas na Bacia de Barreirinhas. A empresa também venceu leilão da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para exploração da Bacia de Parnaíba, também no estado, só que desta vez em terra firme. A expectativa é que haja quantidade suficiente para exploração industrial.

INDÚSTRIA SAUDÁVEL

As empresas Lastro Engenharia, Finorte, Moinhos Cruzeiro do Sul, Lavatec, Cemar, Cristal Engenharia, Amorim Coutinho, Algas Engenharia, Água Mineral Lençóis Maranhense, EP Engenharia, Indústria de Portas Brazil (IPB) e Vale já aderiram à Campanha SESI Indústria Saudável. O diagnóstico das condições de saúde do trabalhador industrial é gratuito.





MELHOR RESULTADO I ▲

O Maranhão conseguiu os seus melhores resultados na 4ª edição dos Jogos Nacionais do SESI, que ocorreu em Manaus. Quatro empresas maranhenses estavam representadas nos jogos: Alumar, Cemar, Labor e Vale. Na Natação, Maria Daniele Araújo (Cemar) ficou em 1º nos 100m Nado Livre Absoluto Feminino, Paulo Emílio Araújo (Alumar) conquistou o 5º lugar nos 50m Peito e Luciana Botão (Labor) terminou em 9º Lugar nos 50m Livre Absoluto.

INTERNACIONALIZAÇÃO

Depois de orientar a ida da empresa Refinor ao Japão para participar da Feira Internacional de Alimentos e Bebidas (Foodex), a Federação das Indústrias está estimulando a participação de empresas locais no Salão Internacional da Alimentação (SIAL), que ocorrerá em Paris, em outubro. O trabalho de internacionalização é realizado pelo Centro Internacional de Negócios (CIN), que conta com informação, capacitação e certificação. Mais informações pelo telefone (98) 3212-1840 ou pelo e-mail cin@fiema.org.br.

MELHOR RESULTADO II

A equipe de Voleibol Feminino da Labor ficou em 2º lugar. No Atletismo, Marcelo Florentino (Vale) chegou em 4º Lugar nos 200m Rasos. Paulo Castro, também da Vale, ficou em 6º Lugar no Tênis de Quadra Masculino Sênior. No Xadrez, Edilson Maia (Alumar), terminou em 4º Lugar no Xadrez Rápido.

SINERGIA

A Federação das Indústrias reuniu representantes do governo, entidades de classe e iniciativa privada para mapear todas as ações e projetos que estão sendo realizados no estado em conformidade com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão. O diagnóstico contempla adensamento das cadeias produtivas de grãos, mínero-metalúrgica, da construção civil, da pecuária, arranjos produtivos, ampliação e qualificação da infra-estrutura econômica e de logística, educação e capacitação de recursos humanos, promoção do empreendedorismo, entre outros.

DESONERAÇÃO

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende que é fundamental desonerar completamente os investimentos, aumentar a transparência do sistema tributário e resolver a questão dos créditos tributários que resultam da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos estados de origem. A CNI defende ainda que a reforma tributária em andamento tenha um dispositivo que impeça o aumento das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

INOVAÇÃO

A FIEMA, por meio do SENAI, está encabeçando a elaboração de um projeto de lei estadual de incentivo à inovação. O grupo de trabalho conta com entidades como Secretaria de Indústria e Comércio, UFMA, UEMA, CEFET, SEBRAE, FAPEMA, SECTEC E INPI. Se aprovada, a lei impulsionará as empresas instaladas no Maranhão a inovarem em produtos, processos e serviços, bem como na criação de um Fundo para a Inovação Tecnológica (FIT). A proposta deve ser encaminhada em breve à Assembléia Legislativa do Maranhão.

AMBIENTE ▼

A Vale inaugurou em São Luís, em uma área de 100 hectares, um parque botânico que servirá não apenas para visitação pública e prática de trilhas, mas ainda para que estudantes universitários façam pesquisas. O local conta também com um viveiro para produção anual de 120 mil mudas que serão utilizadas na urbanização da cidade.

INVESTIMENTOS

Durante o Agrobalsas, o governador Jackson Lago (PDF) anunciou alguns investimentos previstos para o estado, como uma nova refinaria da Petrobrás e os recursos para a Companhia Siderúrgica do Mearim (CSM) construir um porto.



“Eleger causas e zerar o déficit”

Por Cíntia Machado

Era uma vez um garoto que, impedido de contar a sua própria história na sala de aula, resolveu reinventar a escola. O menino cresceu e se transformou no educador social e antropólogo cultural Tião Rocha, hoje com 59 anos. Com algumas idéias na cabeça e um profundo sentimento de transformação, o mineiro Tião decidiu que a escola deveria educar ao invés de apenas escolarizar; que deveria incluir ao invés de ser elitista e preconceituosa; que deveria ser alegre e receptiva ao invés de sisuda e chata. Mais que isso, deveria prestar menos atenção no mercado para ensinar coisas como ética, solidariedade e justiça social. A convite do SESI Maranhão, o educador participou da III Mesa Redonda SESI, que discutiu o investimento social privado. “É preciso descobrir causas que tenham sentido, como analfabetismo e violência, e aí zerar o déficit. O IDH mede as carências e as políticas são feitas com base nisso quando deveriam ser pelo potencial de desenvolvimento humano”. Acompanhe a entrevista nas próximas páginas.



Revista Maranhão Industrial – Como o menino Tião se transformou no educador Tião Rocha?

Tião Rocha – Sou antropólogo cultural. Me tornei educador social por opção política e folclorista por necessidade. Fui professor de História e Antropologia e 26 anos atrás, quando estudava na Universidade Federal de Ouro Preto, em Minas Gerais, me dei conta de que queria ser educador e não professor. Queria sair do lugar cômodo. O que produzíamos não gerava nenhuma transformação e impacto social. E esse é um jeito descompromissado de trabalhar. Percebi que eu estava ‘sobrando’ na universidade e que as portas foram se fechando para mim. Pedi demissão e fui o primeiro a fazer isso em uma instituição de ensino público. Sai com a cabeça cheia de idéias, muitas perguntas e vontade. Criei o Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) para ser uma instituição de aprendizagem e que tem a cultura como matéria-prima.

MI – *Então você inventou outras portas?*

TR – Eu queria aprender e comecei a levantar per-

guntas que me desafiavam. Fui para Curvelo (MG), cidade importante na obra de Guimarães Rosa, por quem tenho paixão. Percebi que os muitos meninos e meninas cresciam rápido, mas sem oportunidade e espaço. Ha-

“Só se consegue fazer educação com bons educadores. A educação é um fim e a escola é um meio, mas não o único.”

via muita evasão escolar e as pessoas só pediam mais verba e mais escolas. Eram sempre as mesmas reclamações. Então me perguntei: será que é

possível fazer educação sem escola? Debaixo do pé de manga? Juntei um grupo e trabalhamos no ‘aprender a fazer’. Nasceu o Projeto Sementinha ou ‘Escola Debaixo do Pé de Manga’, que nos respondeu positivamente à minha pergunta. Só se consegue fazer educação com bons educadores e educação é algo que só existe no plural e requer, no mínimo, duas pessoas. É uma troca na qual $1+1=3$. A educação é um fim e a escola é um meio, mas não o único. Passamos então a construir alternativas de modelos de escolarização, que hoje fazem parte das políticas públicas de cidades de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, além de Guiné Bissau e Moçambique, na África.

MI – *E como se forma um educador?*

TR – Poderíamos esperar que as universidades formassem, mas não fazem bons educadores, ou deveríamos formá-los no lugar onde trabalhamos. Transformamos gente que tem vontade



de aprender, compromisso, queira fazer a transformação social e que exercite a capacidade de aprender com o outro. Formamos times que jogam um jogo: o jogo do aprendizado para todo mundo. Desenvolvemos uma série de jeitos de trabalhar.

MI – Vocês passaram a desenvolver o que se chama hoje de ‘tecnologias sociais’?

TR – Sim. Criamos as pedagogias da Roda, do Brinquedo, do Abraço e do Sabão. Na roda todos se vêm nos olhos, o conteúdo é o que as pessoas sabem e querem aprender. Porque toda vez que excluímos um assunto da roda, inevitavelmente estamos excluindo alguém. Votar, eleger (assuntos) é muito válido como processo democrático, mas não como prática educacional. Na pedagogia do Brinquedo nos perguntamos se a criança pode aprender tudo jogando, brincando e se a escola pode ser alegre, prazerosa e boa de ir. Porque hoje a escola parece o serviço militar obrigatório aos 7 anos e isso é fator de exclusão. Isso resultou em mais de 230 jogos sistematizados e testados por mais de 6 mil estudantes de escolas públi-

cas estaduais e municipais. Na pedagogia do Abraço percebemos que para trabalhar com a auto-estima de pessoas em situação-limite, teríamos que mudar o nosso próprio jeito de falar, por exemplo. Percebemos que o abraço é



“Hoje a escola parece o serviço militar obrigatório aos 7 anos e isso é fator de exclusão.”

pedagógico e isso inverte a ordem da violência e do castigo. Pra educar uma criança é preciso o envolvimento de toda a aldeia e essa foi uma das lições que aprendemos em Moçambique. E na pedagogia do Sabão, que é fácil de

ser produzido, o custo é quase zero e útil, percebemos que não existe lixo, mas recurso não aproveitado. Isso deu origem a uma série de fabriquetas (www.dedodegente.com.br) e a mais de 1.800 tecnologias populares.

MI – Se a escola só serve para escolarizar, mas não educa, o que isso tem de impacto na mão-de-obra das empresas, por exemplo?

TR – A escola, que vai até os cursos de pós-graduação, forma mão-de-obra de 2ª categoria. O resultado é o mínimo do investimento social brasileiro e os números mostram que estamos mal em vários indicadores internacionais. Tanto que as empresas com maior compreensão social estão elas próprias investindo na formação dos seus funcionários. Todo o sistema escolar está sem foco. A nossa escola, há 30 anos, era o aparelho ideológico do estado, mas tinha uma coerência. Hoje é aparelho ideológico do mercado privado. Para o lado ético do



mercado, a escola não produz com competência. Perceba que 99,99% das pessoas que cometeram crimes passaram pela escola. Não aprendemos sobre dignidade, cidadania e justiça social na escola. Temos que saber que tipo de educação queremos para, então, mudarmos a nossa atitude.

MI – Se de um lado a escola que temos não serve, o que dizer do analfabetismo? Você defende que esse não é um problema econômico?

TR – O problema do analfabetismo vai além da questão econômica, é um problema ético. Não estamos conseguindo alcançar as metas. Temos que mudar o foco. Dividir a sociedade em setores (1º Estado, 2º empresas privadas e 3º organizações não-governamentais) não está funcionando. Precisamos criar um setor ‘zero’. Não é

“Todos nós podemos fazer política pública não governamental. É preciso descobrir causas que tenham sentido e aí zerar o déficit.”

ético que ainda no século XXI tenhamos analfabetos no Brasil. Isso nos causa indignação. Precisamos zerar questões como analfabetismo, degradação ambiental, violência contra a criança e a mulher. As propostas que surgiram são reformistas e adaptações dentro da mesma ‘caixa’. Temos que acabar com o currículo que está

pronto há séculos e que não leva em consideração nem os desejos do país nem da meninada. Precisamos tirar o entulho das informações que estão no dia-a-dia da escola. É cômodo não repensar isso e um contra-senso em relação à diversidade cultural brasileira. Alguns conhecimentos estão necrosados.

MI – A convite do SESI Maranhão, o senhor participou recentemente em São Luís da III Mesa Redonda SESI, cujo objetivo foi promover um amplo debate sobre o investimento social privado e discutir algumas variáveis críticas da sustentabilidade dos negócios e da sociedade. Em relação às parcerias estratégicas, quais são os ‘alicerces’ do investimento empresarial na sociedade?

TR – Devemos ir além do discurso, além do jargão do ‘investimento social’, além do marketing. Para ser uma ação eficaz tem que construir o marco zero. Vamos convocar a aldeia, pois o importante é a causa. As redes são interessantes, mas temos que construir plataformas de desenvolvimento vinculadas a uma causa. Todos nós, eu você, as empresas podemos fazer política pública não governamental. É preciso descobrir causas que tenham sentido e aí zerar o déficit. O IDH mede as carências e as políticas são feitas com base nisso quando deveriam ser pelo potencial de desenvolvimento humano. ■



80° ENIC

Encontro Nacional da Indústria da Construção

FORÇA DA **CONSTRUÇÃO CIVIL** NO **DESENVOLVIMENTO** DO PAÍS

O 80° ENIC É PONTO DE PARADA DO **RALLY PARIS-DAKAR.**

DE **22 A 24** DE OUTUBRO EM **SÃO LUÍS - MARANHÃO**



PALESTRA MOTIVACIONAL: "SUPERANDO DESAFIOS NO DESERTO E NO MUNDO DOS NEGÓCIOS"

Os PALESTRANTES: KLEVER KOLBERG E ANDRÉ AZEVEDO SÃO PILOTOS DA EQUIPE PETROBRAS LUBRAX, QUE TEM DIVERSOS TÍTULOS NO RALI MAIS DIFÍCIL DO MUNDO, O PARIS-DAKAR. NA PROVA DO RALLY DOS SERTÕES, A EQUIPE É TETRACAMPEÃ NA CATEGORIA MOTOS, BICAMPEÃ NA CATEGORIA CARROS E TRICAMPEÃ NA CATEGORIA CAMINHÕES.

A PALESTRA: OS PILOTOS, FORMADOS EM ENGENHARIA, CONTAM DE MANEIRA INTERESSANTE E ATRAENTE SUAS HISTÓRIAS, DERROTAS E VITÓRIAS NO MUNDO COMPETITIVO E DE CONSTANTES MUDANÇAS DO RALLY DAKAR, TRANSFERINDO SUAS EXPERIÊNCIAS PARA A REALIDADE DAS EMPRESAS. MOTIVAM OS PARTICIPANTES A ENFRENTAR, COM CRIATIVIDADE, DIFERENTES CENÁRIOS, TRANSFORMANDO PROBLEMAS E DIFICULDADES EM SOLUÇÕES E OPORTUNIDADES.

TEMAS ABORDADOS: MUDANÇAS; PLANEJAMENTO; TRABALHO EM EQUIPE (TEAM BUILDING); COMUNICAÇÃO & LIDERANÇA E QUALIDADE & EXCELÊNCIA.

INSCRIÇÕES ABERTAS
www.enic.org.br
(62) 3214.1005

Promoção

CBIC
CONSELHO BRASILEIRO DE INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO

Realização

SINDUSCON-MA
SINDICATO DAS INDÚSTRIAS
NA CONSTRUÇÃO CIVIL DO MARANHÃO

Organização

Qualidade Eventos

LEI GERAL NA BERLINDA

Falta empenho para o Maranhão retomar sistema tributário diferenciado

Por Érika Rosa

No Maranhão, o clima é de espera e muita expectativa por parte de micro e pequenos empresários com relação às alterações da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei 123/06), em vigor desde julho de 2007, que criou o Supersimples, sistema tributário simplificado para o setor. As alterações estão no Projeto de Lei Complementar 02/07, que tramita na Câmara Federal, o qual inclui novas atividades econômicas no âmbito do Supersimples, o parcelamento de tributos e prevê a correção de distorções como o aumento da carga tributária para os micro e pequenos empresários.

O clima de expectativa não é para menos. No Maranhão, assim como em outros estados da Federação, a Lei Geral acabou gerando uma situação inversa. Em vez de redução de impostos, o que ocorreu às MPEs que aderiram ao Supersimples foi a perda de benefícios fiscais que, aqui, eram garantidos pelo Programa Estadual da Microempresa (PEM). Ou seja, passaram a pagar mais impostos do que antes.

Advogados tributaristas calculam um aumento médio de 7,5% das alíquotas pagas pelas MPEs no Maranhão após a adesão ao Supersimples. Isto ocorreu por causa da tributação dupla do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). É que no Maranhão é cobrada a diferença da alíquota para aquisições de mercadorias feitas em outras unidades da Federação para revenda, ativo fixo ou consumo.

Segundo o microempresário maranhense do setor de cine, foto e informática, José Antonio Barros, que optou pelo Supersimples, a diferença

de alíquota varia de 5%, nas compras no Nordeste, a 10%, nas compras no Sudeste. “Antes, com o PEM, o sistema era mais benéfico, pois a cobrança das aquisições interestaduais variava de acordo com faturamento de cada empresa”, afirma Barros.

EQUÍVOCO

O secretário de Estado da Fazenda, José Azzolini, é enfático ao afirmar que “não foi o estado que extinguiu o PEM. Foi a Lei 123 que determinou a revogação dos sistemas de benefícios estaduais”. E acrescenta: “Não podemos ir contra uma lei federal. Seria um equívoco. Esta postura, involuntariamente, incentiva o desrespeito às instituições e a prática da improbidade administrativa”.

Pressionado pelas entidades empresariais maranhenses, ainda no ano passado o governo do estado engrossou as fileiras na tentativa de o Congresso Nacional revogar essa cobrança antecipada da diferença de alíquota, por meio do Projeto de Lei Complementar 43/07. O dispositivo foi vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com as alegações de que isto afetaria a competitividade entre as operações internas e as interestaduais. O veto mencionou, ainda, a perda de receita do ICMS dos estados e da participação dos municípios.

“Após muitas discussões, o que existe hoje em tramitação na Câmara dos Deputados e pronto para ir a plenário é o Projeto de Lei Complementar 02/2007, antigo PLP 126/2007, já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e que propõe alterar a Lei Complementar 123/2006, corrigindo distorções detectadas em

vários estados”, explica Azzolini.

Para o empresariado maranhense, os maiores benefícios dessa alteração proposta, se aprovada, serão a possibilidade de a pequena indústria usar e transferir o crédito do imposto pago, bem como a volta da autonomia do governo do estado para conceder benefício às micro e pequenas empresas, sem precisar de aval do Conselho de Política Fazendária (Confaz). “Com a aprovação do PLP 02/07, o Governo do Maranhão terá como editar uma lei retornando os benefícios tributários que as empresas com faturamento anual de até R\$ 720 mil tinham anteriormente”, explica o secretário estadual de Fazenda.

O PLP 02/2007, conforme detalha o secretário estadual de Fazenda, possibilita a pessoas jurídicas e corretoras de seguro, além daquelas que se dedicam a atividades de decoração, paisagismo e representação comercial, optarem pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, o Supersimples. Também altera benefícios que seriam repassados a contribuintes do setor privado, para permitir a opção pelo Supersimples aos escritórios de advocacia e às empresas que exercem atividades de administração, decoração de interiores, organização de eventos e manutenção de máquinas e equipamentos, entre outras.

José Azzolini, que representou os secretários estaduais de todo o país em uma reunião do Comitê Gestor do Simples Nacional com a Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas no Congresso Nacional, está confiante, pois, segundo ele, todas as unidades da Federação estão interessadas na aprovação do PLP.

EMPENHO

Para o presidente do Sindicato Intermunicipal de Indústrias de Óleos Vegetais e de Produtos Químicos e Farmacêuticos do Maranhão (Sindóleo), Luiz Fernando Renner, a aprovação do Projeto de Lei depende basicamente de vontade política. “Tem que haver uma articulação bem feita entre governos estaduais, Legislativo e a União, senão o projeto poderá ser vetado novamente”, avalia ele.

Renner participou de uma reunião do

Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa (Compem), vinculado à Confederação Nacional da Indústria (CNI), em maio, quando foram discutidas as distorções tributárias provocadas pela Lei Geral em todo o país. Ele aponta iniciativas de outros estados que editaram leis para corrigir essas distorções, entre eles Piauí, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraná, Amazonas e Rio de Janeiro. “O grande problema aqui no Maranhão é a falta de vontade política do governo estadual para facilitar as coisas para as MPEs diante das falhas e distorções da Lei Geral”, reforça ele.

Ele exemplifica com o Piauí, onde foi editada a Lei Estadual nº 5.721, em dezembro do ano passado, que institui crédito presumido de alíquota integral do produto para adquirentes de empresa industrial enquadrada no Supersimples e dispensa do diferencial de alíquota para indústrias na aquisição de bens e serviços. Renner destaca ainda a iniciativa do governo de Sergipe, onde a Lei estadual 6.192, de setembro do ano passado, isentou empresas com faturamento anual de até R\$ 360 mil e equiparou a antecipação à substituição, para evitar bitributação.

Na opinião do presidente do Sindóleo, as entidades representativas das empresas maranhenses deveriam ter sido mais eficazes na mobilização para pressionar o governo a encontrar uma solução consensual. “Respeito a posição do secretário Azzolini, mas ele deveria ter considerado que o Maranhão, por ser um dos estados mais pobres do país, necessita de ações que estimulem as micro e pequenas empresas, grandes geradoras de emprego e renda”, argumenta.

Renner não demonstra muito otimismo com relação à aprovação do PLP 02/2007. “Receio que o projeto seja vetado ou sofra alterações do presidente da República”, admite. Ele destaca ainda o fato de o projeto estar com a tramitação “trancada” no Congresso. Assim, até que a matéria seja aprovada e sancionada, haverá um longo caminho a ser percorrido. “Há empresas que deixaram de pagar a diferença de alíquota, já confiantes na aprovação da PLP e estas poderão vir a ter problemas, caso a proposta não passe pelo crivo presidencial”, alerta Renner. ■

O QUE É A LEI GERAL?

- A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, instituída pela Lei Complementar nº 123/2006, é um conjunto de normas que determina um tratamento diferenciado, simplificado e favorecido aos pequenos negócios. Ela torna mais simples o pagamento de impostos, a obtenção de créditos, o acesso à tecnologia, à exportação, à venda para o governo, e a formalização, além de reduzir a burocracia.

O QUE PROPÕE A PLP 02/07?

- Permite a opção pelo Simples Nacional só para tributos federais e dá liberdade aos estados de conceder benefícios de ICMS sem a necessidade de passar pelo Confaz;
- Atribui crédito presumido de ICMS nas compras de microempresa e empresa de pequeno porte;
- Permite a comunicação de paralisação de atividades da micro e pequena empresa por até três anos sem ônus;
- Determina o fim da tributação pelo anexo V e sua substituição pelo anexo III (tributação menos onerosa) para as escolas de educação infantil e escritórios de contabilidade;
- Permite a opção pelo Simples Nacional para clínicas de prótese, clínicas de imagem e laboratórios que dão suporte ao setor de saúde, além de clínicas de fisioterapia;
- Permite a entrada no Supersimples de corretores e representantes comerciais, além de serviços de decoração e paisagismo, corretagem de seguros, serviços de tradução, agências de publicidade e assessorias de imprensa; escolas de ensino básico, técnicas, profissionais e de ensino médio, de línguas estrangeiras, artes, cursos técnicos, gerenciais e outros cursos em geral; provedores de acesso à Internet;
- Cria espécie de novo Refis (programa de refinanciamento de dívidas), concedendo parcelamento em 100 meses dos débitos vinculados à Receita Federal a cargo da pessoa física e jurídica, válido para o titular da empresa e seu sócio.

O PLP 02/07 TEM APOIO DA CNI/FIEMA, COM DESTAQUE PARA OS SEGUINTE PONTOS:

- Permite que os prestadores de serviços recolham o Simples Nacional com alíquotas menores;
- Acaba com o custo associado ao recolhimento antecipado do tributo;
- Resolve o problema criado pela versão original da Lei 123/06, que deixava em aberto qual seria a alíquota interestadual a ser considerada nas compras provenientes de optantes do Simples Nacional e das empresas que possuem incentivos fiscais estaduais ou municipais;
- Reduz o universo de empresas que ficam impedidas de optar pelo Simples Nacional;
- Permite a utilização de crédito tributários relativos ao PIS/Pasep, Cofins e ICMS por parte de empresas que adquirem produtos e serviços de empresas optantes do Simples Nacional;
- Minimiza os riscos de microempresa integrante de consórcio de perder exportações no curto prazo e voltar a ser uma pequena empresa.

OPINIÃO

Marco Antônio Moura

Maranhão melhor para todos!



DIVULGAÇÃO

O Maranhão está dando passos importantes para atingir o caminho do desenvolvimento. Todos se perguntam, porque um estado com tantos potenciais, ainda apresenta indicadores sócio–econômicos tímidos, embora apresente índices de crescimento superiores aos estados do Nordeste e do Brasil? Entendemos que para o tão sonhado desenvolvimento econômico e social, é necessário um único planejamento e união entre os atores responsáveis pelo desenvolvimento na implementação das ações.

Dois momentos de reflexão e sensibilização liderados pelo Sistema FIEMA, em comemoração ao Dia da Indústria, revelaram que é possível alcançar esse objetivo. A sinergia entre entes públicos e privados pôde ser constatada no grande ciclo de debates que a FIEMA realizou, quando políticos, representantes dos governos municipal e estadual, do poder Legislativo, instituições de pesquisa, universidades, empresários e representantes de entidades de classe, debateram o desenvolvimento industrial.

No início de junho, um segundo momento de caráter mais técnico, reuniu atores da sociedade com o objetivo de identificar nos programas/projetos/ações realizados pelos mesmos, aqueles que estão sendo implementados e articulados em consonância com as diretrizes do Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão. Uma contribuição do Sistema FIEMA, elaborado

em 2003 com a participação de mais de 200 representantes de instituições públicas e privadas, universidades, empresas, dentre outros, contribuiu esta, com uma visão de futuro, estratégica e acima de tudo audaciosa.

Estamos vivendo a união de esforços em torno de um projeto maior para o estado, independente de interesses pontuais, mas sim, um pensamento sistêmico e visionário.

Uma parceria que o Sistema Federação de Indústrias (FIEMA), Federações do Comércio (FECOMERCIO) e da Agricultura (FAEMA), Assembléia Legislativa, Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (SINC), Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural (SEAGRO), Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte (FAPCEN), VALE e ALUMAR, acreditaram e estão colocando em prática com o objetivo de viabilizar o adensamento das cadeias produtivas de minério de ferro, alumínio e de grãos, identificando os principais elos e, conseqüentemente, que estratégias devem ser seguidas por governo e empresários para a atração e implementação de novos negócios.

Defendemos a utilização de um único instrumento que direcione as ações público-privadas e assim tenhamos um Maranhão melhor para todos. ■

**Economista, professor do CEUMA e Superintendente da FIEMA*

PLANTAR PRA QUÊ?

Sem competição entre alimentos e biocombustíveis, são boas as perspectivas para o agronegócio

Nos últimos tempos, chegou às nossas mesas de almoço e jantar não apenas o alimento, mas a discussão para que estamos plantando. A questão é se a demanda por biomassa para produção de combustível não geraria uma escassez de alimentos no mundo e a já batizada 'agroinflação'. Tema, aliás, bastante oportuno para o Brasil e para o Maranhão, já que este é um estado agrícola e políticas de governo local têm sinalizado para atração de novos investimentos para produção de energia limpa.

O ex-ministro da Agricultura, o agrônomo Roberto Rodrigues, disse durante a VIII edição do Agrobalsas que as perspectivas para o agronegócio brasileiro são das melhores. Em 2000, disse ele, éramos 6 bilhões de habitantes e em 2030 seremos 8,1 bilhões de pessoas, especialmente na África e na Ásia (85% de crescimento). Já que são em países desses dois continentes que os mais pobres estão tendo um aumento da renda *per capita* (4,2%) maior que nos países desenvolvidos. Sendo assim,

a demanda por produtos agrícolas dará um salto. "O Brasil tem potencial de crescimento que não se compara a nenhum continente", frisou.

Mas se as perspectivas são boas, por que o fantasma da 'agroinflação' já ronda os orçamentos familiares? Entre as respostas está o desequilíbrio mundial entre a demanda e a oferta de alimentos. No caso do Brasil, em 2004, 2005 e 2006, o país deixou de produzir 43 milhões de alimentos devido à seca. Outro aspecto é o custo do petróleo e, conseqüentemente, dos fertilizantes, que triplicaram de valor. Vivendo em um mercado globalizado, com a crise imobiliária dos Estados Unidos, os especuladores financeiros migraram para o setor de alimentos. Some-se a isso a utilização de 1/5 da produção americana de milho para produção de álcool combustível. "Daí jogaram tudo no mesmo saco, como se cana-de-açúcar, no caso brasileiro, fosse igual a milho", avaliou o ex-ministro.



O país tem 72 milhões de hectares cultivados e 180 milhões utilizados com pastagens, dos quais 71 milhões são férteis para a agricultura. Isso significa que temos a possibilidade de dobrar a área cultivável do país, sem falar no fato de que o Brasil domina a tecnologia de produção de biocombustível. “O mundo precisa de produtos agrícolas e só o Brasil pode suprir. Vamos triplicar a produção de comida e de etanol. Eles (os americanos) têm medo do nosso potencial e daí nos acusam de desmatar a Amazônia para plantar. Não precisamos disso. O etanol vai modificar a geopolítica mundial, já que a agroenergia será a principal *commodity*”, analisou Rodrigues.

Com uma economia global, a consultora Daniele Siqueira, da AgRural Commodities Agrícolas, alerta que para soja, milho e trigo não pode haver quebra de safra em nenhum lugar do mundo, pois do contrário haverá uma explosão dos preços. Como pontos positivos para produção de grãos ela destaca a legislação americana que ampliou a meta de produção de etanol de 2007 para 2022 (136 bilhões de litros) e a adição superior a 10% de etanol na gasolina. “Os fundos de investimento têm outra lógica que não da oferta e da procura. Agora a demanda é do mercado, que ficou imprevisível”, falou.

TRANSPORTE E ENERGIA

A região do cerrado maranhense é responsável por 62% da produção de grãos do

estado, mas problemas de infra-estrutura de transporte e logística não contribuem em nada quando o assunto é escoamento da produção e competitividade dos produtores. Para Kátia Abreu, vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), é preciso baixar custos de produção como uma forma de enfrentar problemas de transporte e energia.

“Nos últimos 20 anos, os produtores de grãos foram atraídos para o cerrado, mas a logística não acompanhou o desenvolvimento. A matriz de transporte está invertida, com a maior parte do fluxo nas rodovias e pouca ou nenhuma utilização das ferrovias e hidrovias e isso se mantém na proposta do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). É preciso lembrar que 1/3 do Produto Interno Bruto do país e 1/3 das nossas exportações e dos empregos estão no agronegócio”, disse Kátia Abreu.

Na análise do governador do Maranhão, Jackson Lago (PDT), o eixo do desenvolvimento econômico do país mudou de direção e isso coloca o estado não apenas como produtor de minério de ferro e alumínio para exportação. “Balsas é uma matriz econômica importante para o Brasil e todo o Corredor Centro-Norte aspira por eficiência”, destacou. Na ótica de todos os analistas ouvidos pela Maranhão Industrial, são necessários investimentos na região, especialmente em se tratando de infra-estrutura de transporte e energia. ■





AGROINDÚSTRIA

Mesmo antes de pensar em produzir para o mercado, o agrônomo Flávio Lazzari diz que a industrialização é vital para qualquer agronegócio que queira se manter e aconselha que a verticalização da produção, com biomassa, proteína e ração, é um bom negócio sem ao menos sair da fazenda.

“Manter-se vivo requer alta eficiência produtiva, integração lavoura-pecuária, armazenamento dos grãos na propriedade e agroindustrialização. Isso significa produzir bioenergia, óleo para movimentar as máquinas e farelo e ração animal para produção de carne, leite e ovos, por exemplo”, enumerou.

Lazari propõe que o agricultor produza óleo vegetal natural de soja, caroço de algodão ou de girassol (oleaginosas para as quais já há tecnologia comprovada) com o objetivo de manter as máquinas, já que a produção de biodiesel é monopolizada e sobre o óleo vegetal

não há pagamento de tributos extras. “Hoje o grande celeiro é a América do Sul, com o Brasil sendo o maior produtor. A agricultura saiu do Sul do país para ocupar o Centro-Oeste e o Cerrado”, lembrou.

Isso significa que a região pode passar das 30 milhões de toneladas de grãos atuais para 50 milhões. “Apenas o Terminal de Grãos (Tegran) do Porto do Itaqui não será suficiente. É preciso criar alternativas. A ferrovia precisa funcionar para o agronegócio também e não apenas para o transporte de minério”, disse Fernando Fialho, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários. A Antaq defende a utilização das hidrovias como opção mais econômica e ambientalmente correta para o escoamento da produção. “A nossa incompetência logística está do porto para a fazenda e é preciso mudar esse cenário”, finalizou.



“Eu queria fazer uma encomenda. Tem 50 rolos de brim vermelho para segunda-feira?”

CRÉDITO PARA INDÚSTRIA. O CRESCER NORDESTE TEM.

SLA/rlp

Recursos do FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, para investimentos no Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo.

Cresce
NORDESTE

**PARA VOCÊ ATENDER AO PEDIDO DE SEUS CLIENTES,
O BANCO DO NORDESTE ATENDE AO SEU.**

Conte com o Cresce Nordeste para implantar, ampliar ou modernizar o seu negócio de qualquer porte. São bilhões de reais em **créditos de curto, médio e longo prazos com juros ainda mais baixos**. Procure o Banco do Nordeste e faça como ele: ofereça sempre o melhor para os seus clientes.

Cliente Consulta | Ouvidoria:

0800 728 3030

clienteconsulta@bnb.gov.br

www.bnb.gov.br

Ministério da
Integração Nacional

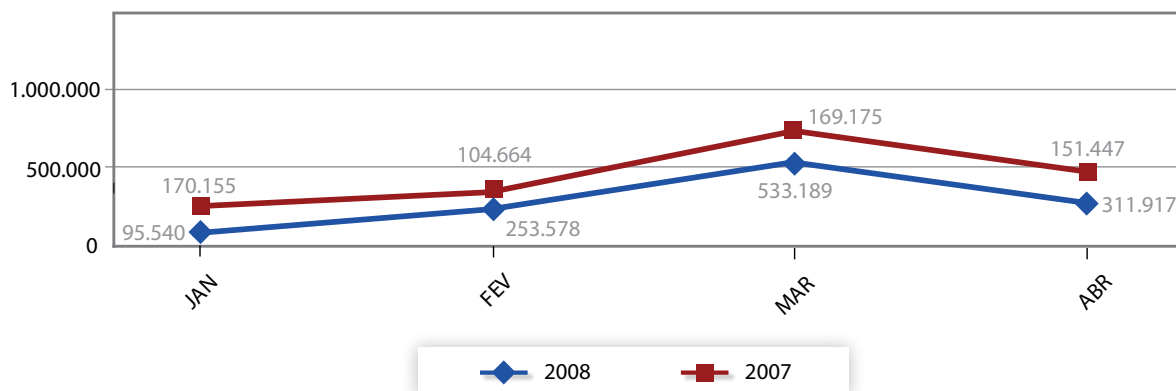


**Banco do
Nordeste**



SALDO NEGATIVO DA BALANÇA COMERCIAL

Importações - Maranhão Janeiro - Abril 2008/2007
Em US\$ 1.000 Fob



Fonte: SECEX/AliceWeb; Elaborado: FIEMA/CIN

Em 2008, nos meses de janeiro a abril, o Maranhão permaneceu com déficit na Balança Comercial, apresentando mais de US\$ 600 milhões de saldo negativo – o que representa uma variação de 740% em relação ao mesmo período de 2007. As exportações, comparando com o ano passado, decresceram 25%. Já as importações sofreram considerável acréscimo, de US\$ 595 milhões para mais de 1 bilhão.

Por agregação de valor, a exportação maranhense de produtos básicos apresentou uma diminuição, com variação negativa de 23%. Os produtos industrializados também registraram decréscimo, apresentando diminuição com relação aos semimanufaturados e aumento de 12% dos produtos manufaturados. Considerando o montante exportado pelo estado (em US\$ FOB), é perceptível que a diminuição das exportações do estado se deu, em grande parte, graças aos produtos industrializados, pois estes sofreram redução em termos de participação no total geral: 525 milhões em 2007, contra 387 milhões em 2008.

A pauta exportadora maranhense continuou composta, em sua grande maioria, pelos derivados de alumínio e ferro. O valor exportado dos seis primeiros produtos, em US\$ FOB, repre-

sentou quase 98% do total enviado ao exterior.

Os Estados Unidos fecharam o mês de abril de 2008 liderando o ranking das exportações maranhenses, mesmo diminuindo sua fatia de mercado em quase 7% se comparada a 2007. A Suíça, que no ano passado no mês de abril, estava em 2º lugar no destino das exportações, em 2008, caiu para sexto lugar.

Vale e Alcoa Alumínio S/A finalizaram o mês de Abril de 2008 na 1ª e 2ª posição e, na 3ª, encontrou-se a BHP Billiton Metais S/A entre as empresas que mais exportaram (em termos de valor US\$ FOB) localizadas no estado, mesmo com um decréscimo de 12%, 39% e 28%, respectivamente.

Em termos de importação, o “Gasóleo” (óleo diesel) foi, mais uma vez, o produto mais comprado pelo estado, correspondendo a 66,6% do total, o que possibilitou um aumento considerável para as importações maranhenses, com aproximadamente 130% de acréscimo com relação ao mesmo período de 2007. Além disso, o que possibilitou também um maior valor de importações foram compras como de querosenes de aviação, com aumento de 95%, e outros superfosfato e teor de pentóxido de fósforo, com aumento de 1.300%. ■

DO MARANHÃO PARA A SUA MESA

Ao comprar um produto da Agroindustrial BB Mendes você terá a certeza que foi inteiramente produzido por maranhenses.

Após uma extensa pesquisa do mercado e da cadeia de produção de arroz, o Grupo BB Mendes lança a Agroindustrial BB Mendes, responsável por levar ao consumidor maranhense um produto genuinamente produzido no Maranhão.

Isso beneficia as lavouras do estado, incluindo toda a cadeia de processo local, garantindo à você um produto da mais alta qualidade e valor nutritivo.

É o Grupo BB Mendes investindo no que o Maranhão tem de melhor: o seu povo e a sua terra.



Caminho do Tabuleirão, S/Nº
Piçarra - Itapecurú-Mirim/MA • CEP: 65485-000
Fone: (98) 3463.1296/1422 • Fax: 3463.1461
grupobbmendes@grupobbmendes.com.br
www.grupobbmendes.com.br

Arroz Bom Maranhense Parboilizado
Arroz Bom Maranhense Polido

AMEAÇA À COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA

Atuação do SENAI pode ser drasticamente reduzida com a proposta do MEC

Por Ribamar Cunha

Em seus 55 anos de existência no Maranhão, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/MA) já capacitou mais de 252 mil pessoas no estado, ação que além de formar capital humano altamente qualificado para o mercado de trabalho, tem contribuído decisivamente para a competitividade da indústria local.

Ao longo desses anos, o SENAI tem acompanhado as mudanças sociais, econômicas e tecnológicas que acontecem no mundo do trabalho, procurando evoluir, introduzindo novos cursos, no sentido de atender a demanda da indústria. Hoje, desenvolve programas de educação profissional em 19 áreas, dentre as quais construção civil, têxtil e vestuário, transportes, eletroeletrônica, metal-mecânica, madeira e mobiliário e tecnologia da informação.

Ano passado, o SENAI/MA realizou 18.188 matrículas, atendendo a demanda de mais de 100 empresas industriais instaladas no estado. Para 2008, a meta é atingir 19.392 matrículas. Na modalidade aprendizagem industrial, cursos gratuitos oferecidos pela instituição nas áreas de eletromecânica, mecânica de manutenção industrial, caldeireiro, básico em telecomunicações, técnico em eletroeletrônica, serão atendidos jovens de 14 a 24 anos.

Na área de tecnologia industrial, que abrange serviços de consultoria técnica, tecnológica e laboratorial, o SENAI atendeu às necessidades de melhoria de produtos e processos das empresas locais. Em 2007, foram realizados 87 serviços técnicos, que corresponderam a 3.866 horas. Para 2008, a instituição tem como meta realizar 282 serviços técnicos tecnológicos.

Como destaque dos serviços de assessoria realizados pelo SENAI/MA, como contribuição do desenvolvimento industrial do estado, está a implantação da certificação ISO 9000 no Porto do Itaqui, o primeiro porto público do Brasil a alcançar esse padrão de excelência. Em parceria com o SENAI/SC, o SENAI/MA prestou toda a consultoria, desde a capacitação de colaboradores a apoio em auditorias. Diante desse resultado altamente positivo, a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), responsável pela gestão do porto, já fechou contrato com o SENAI para a implantação da ISO 14000.

Esses números e esses resultados traduzem a dimensão e a importância do SENAI para a competitividade da indústria e para o crescimento econômico do Brasil. Em 2007, a instituição atendeu 2,1 milhões de trabalhadores no país, sendo 1,2 milhão no aperfeiçoamento profissional; 77 mil na qualificação profissional; 94 mil na aprendizagem industrial; 60 mil na formação de técnicos de nível médio; e 6 mil na formação superior de tecnólogo.

Empresas do porte da Vale encontraram no SENAI uma estrutura moderna, inovado-



ra, que atua focada na demanda da indústria. Muitos dos empregados que trabalham hoje na mineradora passaram pelo SENAI, o que é um diferencial no currículo dessas pessoas.

A parceria Vale/SENAI se fortaleceu ao longo dos anos por meio da execução de diversos programas de qualificação profissional, e está em via de materializar um importante fruto: o Centro de Educação Profissional do Itaqui-Bacanga (CEPIB).

Outra grande empresa instalada no estado, a Alumar, também encontra no SENAI o suporte para qualificação de capital humano para atender seus projetos de expansão, a exemplo do PFO – Programa de Formação de Operadores Polivalentes, um programa de capacitação que beneficiou 400 jovens residentes em comunidades no entorno da fábrica, preparando-os para as obras de expansão da refinaria de alumina, onde estão sendo investidos R\$ 4,1 bilhões. Com a expansão, a produção anual de alumina saltará de 1,5 milhão de toneladas para 4,5 milhões de toneladas.

A excelência do SENAI em formação profissional também atende à demanda por qualificação do projeto da Usina Hidrelétrica de Estreito, como também a empresas como Ambev e Schincariol, do ramo de bebidas.

INTERVENÇÃO

Apesar de todos esses resultados, uma proposta intervencionista do Ministério da Educação, de criação do Fundo Nacional de Formação Técnica e Profissional (FUNTEP), que propõe alterar a repartição e o direcionamento dos recursos arrecadados pelas entidades que compõem o Sistema S, chegou como uma ameaça a essa crescente demanda da indústria e, conseqüentemente, à sua competitividade. Uma ameaça porque a proposta afetará diretamente a instituição, que é referência e excelência em matéria de formação profissional para o setor industrial brasileiro, e reconhecida internacionalmente. “Além do que é a mola propulsora de formação e consolidação do parque industrial brasileiro”, afirmou o diretor regional do

SENAI/MA, Elito Hora Fontes Menezes, Os impactos do FUNTEP já foram analisados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e são altamente preocupantes, num momento em que o setor industrial brasileiro e maranhense encontra-se em franca expansão e necessitando de profissionais tecnicamente qualificados. Se o projeto do governo vier a se concretizar, o SENAI deixará de atender anualmente 2 milhões de trabalhadores, reduzindo sua oferta para apenas 230 mil matrículas nos cursos técnicos e tecnológicos, que passam a ser priorizados.

O resultado disso não pode ser outro senão déficit de profissionais qualificados para os processos industriais, déficit na atualização e especialização dos trabalhadores empregados para o acompanhamento da dinâmica tecnológica da indústria. “As ações do SENAI são focadas no interesse da indústria, de modo que enxergamos essa proposta como uma grande ameaça à competitividade industrial”, avaliou o diretor.

Desde que essa proposta veio à tona, houve reações imediatas do setor produtivo. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, classificou-a como “uma proposta esperta de estatização”. Além do que criticou a forma como o projeto foi elaborado, sem nenhuma apresentação, nenhuma discussão com o Sistema S.

Antonio Ermírio de Moraes, um dos líderes empresariais brasileiros mais respeitados, ressaltou em artigo escrito em defesa do Sistema Indústria que “o SENAI não é um experimento, nem uma tentativa. É uma obra consolidada. Uma entidade que deu certo”.

FUTURO

Tão certo que o setor produtivo não mede esforços para investir cada vez mais na melhoria dos cursos e na estrutura das unidades operacionais, com a aquisição de equipamentos modernos para os laboratórios. Ano passado, foi lançado um dos mais



audaciosos programas de formação profissional já realizados no país, denominado de “Educação para a Nova Indústria”. Até 2010, a indústria investirá R\$ 10,5 bilhões no programa, que tem como meta gerar 16,2 milhões de novas matrículas nos cursos oferecidos pelo SENAI (educação profissional) e também pelo Serviço Social da Indústria – SESI (educação básica) em todo o Brasil.

No Maranhão, o SENAI tem como meta alcançar, até 2010, 81.686 matrículas na formação inicial e continuada de trabalhadores e em educação profissional técnica de nível médio, enquanto o

SESI pretende matricular 26.245 crianças, jovens e adultos. “É, portanto, grandiosa a contribuição do SENAI na educação profissional, como também do SESI na educação básica deste país e do Maranhão”, observou o

presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), Jorge Machado Mendes.

O presidente da FIEMA ressaltou o momento ímpar vivido pelo Maranhão, com grandes perspectivas de crescimento econômico, mas que pode ser travado por essa proposta do governo. “Ao se diminuir a oferta de pessoal qualificado para atender a instalação de grandes projetos que estão previstos para o estado, se aumentará ainda mais as desigualdades sociais”, avaliou.

Segundo Mendes, não se pode deixar que essa proposta do governo federal “ameace a competitividade da indústria, alcançada com muito esforço e compromisso por parte daqueles que fazem o Sistema Indústria – a Confederação, as federações estaduais, o SESI, o SENAI, os sindicatos, as empresas e os trabalhadores”. ■

SESI TAMBÉM SERÁ PENALIZADO PELO PROJETO

Outro braço forte do Sistema Indústria é o Serviço Social da Indústria (SESI), que detém a maior rede particular de ensino do país, presente em 26 estados e o Distrito Federal e em 2.063 municípios. A instituição tem como foco a oferta de serviços de educação, saúde e lazer voltados para a promoção da qualidade de vida do trabalhador da indústria. Também atua fortemente na área de responsabilidade social empresarial.

Embora não no mesmo nível de gravidade do SENAI, o SESI também sofrerá impacto caso a proposta de criação do FUNTEP se concretize. A estimativa é que a instituição perca 1/3 dos seus recursos, o que comprometerá significativamente suas atividades. Para estados com parque industrial reduzido como o Maranhão, a diminuição dos serviços do SESI terá grande impacto para a comunidade local,

que ano passado foi beneficiada com 310.682 atendimentos em educação, saúde, lazer e responsabilidade social.

E o próprio Ministério da Educação, que arquitetou o FUNTEP, é parceiro do Projeto SESI – Por um Brasil Alfabetizado, que desde 2003 já alfabetizou mais de 80 mil maranhenses. Na última turma do projeto – referente ao período de dezembro de 2007 a junho de 2008, 11 mil alunos foram alfabetizados.



O segredo de uma boa obra está em sua estrutura



Bloco 6 furos 09 x 14 x 19cm



Bloco 8 furos 09 x 19 x 19cm



Bloco liso 8 furos 10 x 20 x 20cm



Telha colonial 15 x 49cm



Telha plan 15,7 x 43,5cm



Telha canal 14 x 50cm



Laje 6 furos 07 x 20 x 31cm

Com vinte anos no mercado, a BB Mendes é líder na produção de tijolos, blocos de vedação, telhas e elementos para lajes.

Para garantir a qualidade de sua obra, nosso parque fabril segue um rígido controle exigido pelas normas técnicas, resultado de um completo laboratório de controle de produção, permitindo alcançar a marca de 3,5 milhões de peças produzidas por mês.

Na hora de construir, escolha uma empresa de responsabilidade socio-ambiental. Conte com a BB Mendes.



Caminho do Tabuleirão, S/Nº • Piçarra
Itapecurú-Mirim • Maranhão
Fone: (98) 3463.1296/1422 • Fax: 3463.1461
grupobbmendes@grupobbmendes.com.br
www.grupobbmendes.com.br

GRÃOS DO CERRADO AQUECEM INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS

Iniciativa do Sistema Indústria visa dar mais qualidade à produção local de leite e derivados

À medida em que a produção de grãos avança no cerrado, com destaque para a região de Balsas, no Maranhão, aumentam as perspectivas de ampliação também da cadeia produtiva da pecuária leiteira. O mercado interno de leite na Região Meio-Norte, que inclui o Maranhão e Piauí, é calculado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/Gado de Leite) em 1 bilhão de litros/ano. Dados como esse nortearam o Sistema Indústria a elaborar o Programa de Qualidade de Lácteos (PQL), com previsão de utilização do Selo de Qualidade em Lácteos.

Números recentes pesquisados pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL) dão conta de que em 2003 o Maranhão adquiria de outros estados R\$ 68,5 milhões em leite e derivados. Em 2007,

essa conta aumentou para R\$ 108,9 milhões, um acréscimo de 58,97%. Dados da Embrapa sinalizam para uma demanda de leite, de acordo com o consumo definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) – de 1 bilhão de litros/ano na Região Meio-Norte.

A atividade, mesmo sem exploração de todo o seu potencial, já movimentou na região R\$ 78,5 milhões/ano. As perspectivas são tão animadoras que o estado pode passar da condição de importador a exportador. Segundo o presidente da Associação de Supermercados (AMASP), Silvio Muniz, apenas 1,4% do leite e derivados consumidos atualmente aqui são fabricados no estado. O selo visa dar mais credibilidade, segurança e confiança ao consumidor na hora de optar por um produto fabricado no Maranhão.

Evolução da produção de leite (mil litros), por estado da Região Nordeste

Brasil e Estados	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002
Brasil	14.484.413	15.784.011	15.783.557	18.515.390	18.693.914	19.767.206	21.643.740
Maranhão	126.934	131.075	140.461	139.371	137.548	149.976	195.447
Piauí	57.916	55.484	51.745	75.110	71.062	76.555	74.930
Ceará	293.561	304.457	267.555	390.384	313.297	331.873	341.029
Rio Grande do Norte	106.966	121.520	92.406	159.591	129.904	144.927	158.277
Paraíba	155.151	157.872	124.420	150.189	86.863	105.843	117.024
Pernambuco	312.522	314.633	209.686	421.987	285.827	292.130	391.577
Alagoas	148.579	217.108	189.662	223.266	244.928	217.887	224.014
Sergipe	99.862	98.923	66.896	134.806	118.022	115.142	112.168
Bahia	743.774	865.850	629.982	660.302	682.503	724.897	752.026

FONTE: EMBRAPA



VANTAGENS

Com a maior exploração do cerrado e com clima sujeito a menos interferências, o Maranhão e o Piauí aparecem como mercados potenciais para desenvolvimento de uma pecuária considerada moderna, com maior produtividade que a atual. Na última década, a produção de leite no Maranhão teve crescimento total de, aproximadamente, 25%, representando um aumento anual em torno de 3%. No vizinho Piauí a taxa foi de 40%, sendo, inclusive superior ao registrado para todo o Nordeste.

Em dados de 1999, o número de vacas ordenhadas no Maranhão era de 285.707, com uma produção anual de 154 mil litros e uma produtividade de 1,5 litros/vaca/dia, o que é considerado baixo se comparado a estados nordestinos como Pernambuco e Alagoas. A produção em 2002, dados mais recentes, ultrapassou os 195 mil litros (ver quadro 1).

Para assegurar qualidade à produção e conseqüente produtividade da cadeia, como

quer o Programa de Qualidade de Lácteos, além do SENAI, que promoveu rodada de negócios em São Luís, participam dessa iniciativa instituições como SEBRAE, AMASP, Secretaria de Indústria e Comércio, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Instituto Agronegócio do Maranhão (Inagro) e os Sindicatos das Indústrias de Panificação, SINDIPAN, e de Leite, SINDLEITE.

“O primeiro passo é a sensibilização dos empresários do setor, seguida da identificação da qualidade dos produtos e da análise de todo o processo produtivo. Ao final, vamos selecionar cinco produtos de empresas diferentes para que sejam auxiliadas na obtenção do selo pela Associação Brasileira de Certificação”, explicou Sérgio Medeiros, consultor do SENAI Maranhão. Ele acrescentou que é preciso diminuir a distância entre o produtor e o mercado varejista, reduzindo as perdas, formando mão-de-obra capacitada e tornando o preço competitivo. ■

Evolução da produtividade animal (litros/vaca/ano), por estado do Nordeste

Brasil e Estados	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002
Brasil	759	771	786	1.138	1.082	1.105	1.139
Maranhão	406	409	414	478	472	494	528
Piauí	282	270	248	403	378	398	381
Ceará	621	648	647	828	739	753	768
Rio Grande do Norte	561	656	630	803	758	816	829
Paraíba	492	488	493	606	516	600	659
Pernambuco	791	800	760	1.138	922	909	1.036
Alagoas	983	1.108	1.128	1.217	1.354	1.358	1.376
Sergipe	613	592	528	949	857	871	856
Bahia	467	498	443	451	475	480	496

FONTE: EMBRAPA



ensaio calibração aferição

macrografia

166.241

**Precisão, alta tecnologia e
visão de futuro.**

**Fórmula para colocar a
indústria maranhense entre
as melhores do país.**

92.795

inovação
aprovado

O Laboratório de Ensaios Físicos e Mecânicos do SENAI Maranhão oferece serviços de análises e calibrações precisas, garantindo segurança e confiabilidade aos materiais dos seus produtos.

Com equipamentos de alta tecnologia e profissionais qualificados, o SENAI contribui para aumentar o desenvolvimento e competitividade da nossa indústria.

Para maiores informações, ligue (98) 3241-1214 ou acesse www.fiema.org.br/senai.



FIEMA
SESI
SENAI
IEL

SENAI

CULTURA COM DIVIDENDOS

Maranhão entra na discussão sobre economia da cultura, área em franco crescimento no mundo

Por SELMA FIGUEIREDO

Mercado que movimenta anualmente bilhões de reais, emprega milhares de pessoas, gera renda para comunidades inteiras e, além de tudo, é fonte de diversão e entretenimento, a cultura move uma economia que cresce a olhos vistos em todo o mundo. Só que a equação desse crescimento não é tão simples. Rico em manifestações culturais e celeiro de grandes festas o ano inteiro, o Maranhão ainda está dando os passos iniciais no sentido de mensurar os rendimentos obtidos com essa riqueza inata.

Reconhecendo o caráter financeiro desse universo, o estado é pioneiro em debates sobre o tema no Brasil. No início de junho, sediou o II Fórum da Economia da Cultura, numa realização da Secretaria de Estado da Cultura (Secma). Em questão, experiências bem-sucedidas no meio cultural no país, como o Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga, no Ceará, e a realidade dos números alcançados com esses eventos, ou seja, o retorno em forma de benefícios para a sociedade.

Como protagonistas do evento, artistas, produtores culturais, representantes de empresas, instituições financeiras e órgãos de cultura de São Luís e de cerca de 50 municípios maranhenses. Os investidores, caso da Vale, do Banco da Amazônia (BASA), Caixa e Banco do

Nordeste (BNB), participaram com debatedores nas discussões e apresentaram balanços genéricos sobre investimentos na área, enquanto os bancos também aproveitaram para mostrar suas linhas de crédito para o setor.

“O Maranhão tem uma matriz invejável, um filão de produção simbólica fenomenal, mas falta a gente traduzir isso num planejamento de forma que alavancuemos as cadeias produtivas e isso entre na agenda de desenvolvimento do estado. Essa é a grande tarefa do Fórum: articular os protagonistas dessa história, empresários, produtores, academia... Para se ter uma idéia, no Maranhão nunca se fez uma pesquisa sobre essas nossas grandes festas. Qual é o consumo, quem é empregado, que cadeias de produção são criadas? É hora da gente sair do rabo da fila da história e entrar nas primeiras páginas desse livro”, afirmou o secretário estadual de Cultura, poeta Joãozinho Ribeiro, na noite de abertura do evento.

O orçamento do Maranhão para o setor em 2008 é de R\$ 32.131.677,00, valor que representa 0,52% do total a ser gasto pelo Estado este ano e já inclui os custos com os projetos do Carnaval e do São João. Mas, a repercussão financeira desses festejos aferida no Maranhão, por enquanto, não engloba a grandiosidade das festas. A base de dados leva em conta apenas a grade de financiamentos ofertada pela própria Secretaria de Cultura. “O que nós temos é o



volume de recurso investido, a quantidade de shows patrocinados, a quantidade de brincadeiras que são envolvidas”, resumiu Ribeiro.

O órgão, porém, trabalha para mudar essa realidade. “A Secretaria vai começar no segundo semestre um mapeamento cultural para, a partir daí, ter elementos, conhecer a realidade do estado e ver como as coisas se dão nas várias regiões, para se ter um estudo com dados concretos. Esse mapeamento está em fase de planejamento”, informou Josias Sobrinho, superintendente de Ação e Difusão Cultural da Secma.

A necessidade dessa mensuração é um reflexo do que é vivido hoje no mundo. Segundo dados das Organizações das Nações Unidas (ONU), a cultura responde, na atualidade, por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) de todo o planeta. O Brasil começou a se preocupar há cerca de três décadas com o tema e o Ministério da Cultura, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), começou a determinar o peso do setor na economia do país.

Nos últimos anos, é produzido o Sistema de Informações e Indicadores Culturais, que visa apresentar resultados do estudo relativo à organização, sistematização, produção de indicadores e análise de informações setorial, nacional e regional, relacionadas ao setor cultural, a partir dos dados das pesquisas produzidas pelo IBGE e disponibilizados na internet. Mas, as informações ainda são genéricas e levam em conta dados como número populacional.

ALCANCE

Do lado dos artistas maranhenses, as estatísticas também não existem. Mas, mesmo sem pesquisas para medir o alcance do espetáculo Via Sacra, o diretor Cláudio Silva reconhece a importância da montagem para a vida da comunidade do Anjo da Guarda. A peça, encenada na época da Semana Santa, leva trabalho e renda a centenas de moradores do bairro. “No período da execução desse evento, a nossa comunidade muda, os focos ficam voltados para lá, para suas ruas. A Prefeitura fica mais direta lá, com segurança, transporte, etc”, observou Silva, que há 27 anos dirige a montagem e o Grupo Grita.

A discussão sobre a economia da cultura é válida, segundo o diretor, principalmente por proporcionar a troca de experiências. “As dificuldades, embora em trilhas diferentes, são as mesmas e, na verdade, é necessário que a gente hegemonize essa preocupação para que nós, conjuntamente, encontremos a saída. É necessário porque não adianta o Maranhão ficar isolado, não adianta minha experiência ficar ótima no meu estado ou na minha cidade. Esse compartilhamento é interessante para você ter uma visão local, regional e uma visão sobre a forma que o poder público maior, que é o Ministério da Cultura, e os bancos financiadores de projetos estão trabalhando esse movimento”, ressaltou ele.

E o novo setor de investimento é visto com bons olhos pelos empresários. “Esse Fórum é o segundo grande passo para um novo caminho, pois é o segundo realizado em parceria com a Associação Comercial do Maranhão. Dentro desse pensamento, houve até uma mudança no nosso estatuto: criamos um item de incentivo à



cultura. A casa está aberta. Temos ainda ações como a cantata natalina, que este ano será realizada pela sexta vez, reunindo 450 vozes. Se der mais incentivo para o empresário, com certeza, nós também vamos responder com mais apoio à cultura”, declarou José Barbosa Belo, presidente da Associação Comercial do Maranhão.

Os responsáveis por manifestações culturais se mostraram esperançosos com o debate. Humberto do Maracanã declarou esperar um pouco mais. “Para mim, é uma surpresa. Espero que esse não seja mais um evento de blá, blá, blá e depois fique na mesma coisa. Mas, se na realidade for levado a sério, é uma das esperanças que vai fazer essa cultura continuar viva”, declarou o cantor, cujo bumba-meu-boi toma emprestado o

nome da comunidade onde nasceu e movimenta centenas de moradores, entre costureiras, bordadeiras e brincantes.

Therezinha Jansen, do bumba-meu-boi de zabumba e do tambor de crioula da Fé em Deus, disse ter ficado com o sentimento de dias melhores ao entender melhor o funcionamento das linhas de financiamento e de patrocínio de instituições financeiras. “É interessante saber, por exemplo, do interesse que o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste, têm, agora, em aceitar projetos para que a gente tenha horizontes melhores, dias melhores e dias que possam tranquilizar um pouco mais, tendo em vista as dificuldades que a gente enfrenta no dia-a-dia com os grupos de cultura”, observou. ■

BENS CULTURAIS SEM CIRCULAÇÃO

Economia da cultura é um tema relativamente novo. No mundo, passou a ser debatido há cerca de 40 anos. No Brasil, a discussão é bem mais recente. Entre os pontos mais questionados, está se a economia não vai usurpar a cultura. Na visão da economista Ana Carla Fonseca Reis, a primeira apresenta ferramentas para melhorar a segunda.

Outro ponto que merece destaque é a circulação dos bens culturais, que no Brasil ainda deixa muito a desejar. Na área do cinema, por exemplo, 85% das salas de exibição estão concentradas nas mãos das grandes indústrias americanas. Então, não adianta produzir filme se não haverá espaço para mostrá-lo ao público. No caso da música, 70% do comércio internacional estão a cargo

de quatro empresas.

Para melhorar essa relação, é preciso ver a cultura como investimento e não como despesa. E muito trabalho precisa ser feito para mudar essa realidade. Para se ter uma idéia, de acordo com Ana Carla Fonseca Reis, todos os municípios maranhenses, investiram apenas 0,606% em cultura no período de um ano. É muito pouco.

No Brasil, o orçamento da cultura não alcança 1% do total. Para perceber o impacto gerado pela economia da cultura, vejamos o exemplo da moda: 1Kg de algodão vale US\$ 1,00; 1 Kg de tecido custa US\$ 20,00; 1Kg de moda não sai por menos de US\$ 70,00. A diferença é bem grande e os rendimentos não mentem.



MEMÓRIA

1929

Ribeiro & Silva - Fábrica de Cigarros Elba



Por Luís Fernando Baima

Fundada em 1929, em São Luís, a firma Ribeiro & Silva era conhecida pela produção dos cigarros Elba. A sua capacidade de produção era de 18.000 unidades por hora, garantida por três máquinas importadas da Alemanha. O parque industrial da fábrica possuía ainda três máquinas de cortar fumo e três secadoras, para uma capacidade de processamento de até 100 kg/h de fumo. Compunham ainda a unidade fabril dois amoladores de navalha, cinco motores elétricos, uma platina para carimbar selos, uma tesoura para cortar papelão e outros aparelhos auxiliares.

SESI INDÚSTRIA SAUDÁVEL

**Qualidade de vida para o trabalhador.
Crescimento para a empresa.**



Com o capital humano saudável, bem-disposto e motivado, a produção da empresa melhora. Para isso, o SESI oferece à indústria maranhense soluções em segurança e saúde do trabalho para melhorar a qualidade de vida do industriário e auxiliar no aumento da produtividade.



Informações: (98) 3212-1858 • www.sesi.org.br • www.fiema.org.br

Oportunidades made in Maranhão

O Maranhão está vivendo uma nova fase de sua história, com perspectivas concretas de desenvolvimento econômico, que têm na parceira público-privada a mola propulsora desse momento ímpar para o estado.

Uma ação unificada, envolvendo iniciativa privada, setor público, entidades de classe e poder legislativo, objetivando o adensamento das cadeias produtivas de minério de ferro, alumínio e de grãos, sinaliza que o desenvolvimento industrial do Maranhão está no rumo certo.

A concretização do adensamento dessas cadeias, nos seus diversos elos produtivos, refletirá em atração de novos investimentos, agregação de valor aos produtos, oportunidades para as empresas locais e geração de mais emprego e renda para a população.



**COM A PARTICIPAÇÃO
DE TODOS, O MARANHÃO
VAI LONGE!**

